

	<b>Editorial 6, 2013/01</b> [3-4] Editorial 6, 2013/01 [5-6]
<b>Entrevista</b> Interview	<b>Entrevista com Fernando Henrique Cardoso</b> [7-21] Interview with Fernando Henrique Cardoso [22-36] <b>Pedro Luiz Lima</b>
<b>Dossiê Cultura e Política, organizado por Bruno Carvalho</b>  Culture and Politics dossier, organized by Bruno Carvalho	<b>Introdução</b> [37-40] Introduction [41-43] <b>Bruno Carvalho</b>  <b>A interface entre raça e identidade nacional no Brasil e na África do Sul</b> [44-60] The interface of Race and National Identity in Brazil and South Africa [61-76] <b>Graziella Moraes</b>  <b>De Gramsci à Teoria das posses essenciais: política, cultura e hegemonia em “os 45 cavaleiros húngaros”</b> [77-101] From Gramsci to the theory of essential possessions: politics, culture and hegemony in the ‘The Hungarian Knights’ [102-125] <b>Raquel Kritsch</b>  <b>Limites da Política e esvaziamento dos conflitos: o jornalismo como gestor de consensos</b> [126-143] The limits of politics and the deflation of conflicts: journalism as a manager of consensus [144-161] <b>Flávia Biroli</b>
<b>Artigos</b> Articles	<b>As implicações de ressentimentos acumulados e memórias de violência política para a descentralização administrativa em Moçambique</b> [162-180] The implications of accumulated grievances and memories of political violence to the administrative decentralization in Mozambique [181-199] <b>Victor Igreja</b>  <b>O triângulo Irã-Israel-Azerbaijão: implicações para a segurança regional</b> [200-214] The Iran-Israel-Azerbaijan triangle: implications on regional security [215-228] <b>Maya Ehrmann, Josef Kraus e Emil Souleimanov</b>  <b>O retorno do conflito: a democracia republicana</b> [229-244] The return of conflict: republican democracy [245-260] <b>Maria Aparecida Abreu</b>

---

**Artigos**

Articles

---

**A Economia política da década bolivariana: instituições, sociedade e desempenho dos governos em Bolívia, Equador e Venezuela (1999-2008) [261-277]**

The political economy of the bolivarian decade: institutions, society and government performance in Bolivia, Ecuador and Venezuela (1999-2008) [278-293]

*Dawisson Belém Lopes*

---

**Dois liberalismos na UDN: Afonso Arinos e Lacerda entre o consenso e o conflito [294-311]**

Two types of liberalism in the National Democratic Union (UDN): Afonso Arinos and Lacerda between consensus and conflict [312-329]

*Jorge Chaloub*

---

**Isebianas**

Isebianas

---

**Projeto, democracia e nacionalismo em Álvaro Vieira Pinto: Comentários sobre “Ideologia e desenvolvimento nacional” [330-336]**

Project, democracy and nationalism in Álvaro Vieira Pinto: Comments on “Ideologia e Desenvolvimento Nacional” [*Ideology and National Development*] [337-344]

*João Marcelo Ehlert Maia*

---

**Edição facsimilar de Ideologia e Desenvolvimento Nacional [facsimile]**

*Alvaro Vieira Pinto*

---

**Pesquisa e projeto**

Research and research project

---

**Breve roteiro para redação de um projeto de pesquisa [345-353]**  
Brief guidelines for drafting a research project [354-362]

*Jairo Nicolau*

---

## Entrevista com Fernando Henrique Cardoso\*

Por Pedro Luiz Lima\*\*

### \* **Fernando Henrique Cardoso**

é autor de diversos livros e artigos como sociólogo e cientista político (*Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, de 1962, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, de 1964, dentre muitos outros); foi professor de sociologia na Universidade de São Paulo até o golpe militar de 64; atuou como pesquisador na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL); e fundou, em 1969, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Sua carreira acadêmica inclui, entre diversas láureas, a presidência da International Sociological Association (ISA), no início dos anos 1980. De 1983 a 1992, foi Senador da República Federativa do Brasil, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, a partir de 1988, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Exerceu o cargo de ministro das Relações Exteriores de 1992 a 1993, quando assumiu o Ministério da Fazenda. De 1995 a 2002, foi presidente da República.

### \*\* **Pedro Luiz Lima**

é doutorando em ciência política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professor substituto do Departamento de Ciência Política da UFRJ.

No dia 08 de abril de 2013, fui recebido no Instituto Fernando Henrique Cardoso, em São Paulo, pelo ex-presidente da República para uma conversa em que o foco principal girou em torno de sua obra como cientista social, sua relação com o marxismo e a concepção de política daí decorrente — temas da minha pesquisa no doutorado em Ciência Política pelo IESP/UERJ. Autor, como sociólogo e cientista político, de inúmeros livros e artigos que se estendem pelas últimas cinco décadas e constituem relevante ponto de reflexão

da história recente do Brasil e da América Latina, Fernando Henrique Cardoso foi, como se sabe, presidente do Brasil entre 1995 e 2002 e é um dos líderes do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) — e se essa proeminente carreira política não chega a ser diretamente mencionada no diálogo transcrito abaixo, é evidente que ela sobredetermina muitas das questões levantadas.

Como a entrevista correu, na verdade, como uma relativamente longa conversa, o formato da prosa foi preservado na transcrição — e preservada também foi boa parte das marcas de oralidade. Agradeço a todo o pessoal do IFHC pela gentil acolhida, e ao ex-presidente Fernando Henrique pela generosidade ao conceder essa entrevista.

### **Pedro Luiz Lima**

Uma das preocupações da minha tese é com a questão do nacionalismo na política brasileira, e especialmente na década de 1950, quando o senhor inicia sua trajetória acadêmica. Eu já li o senhor comentar sobre a campanha “O Petróleo é nosso”, sobre a participação do seu pai, e sobre sua ligação com o PCB nesse início da década de 50, atuando em revista vinculada ao Caio Prado Jr. Nesse momento, com a morte de Getúlio e tudo o mais, como o nacionalismo entrava na sua visão de mundo, na sua visão de Brasil, na sua concepção de política?

### **Fernando Henrique Cardoso**

Durante todo esse período, desde 1930, com Getúlio e o Estado Novo, nesse período de substituição de importações, a ideia do Estado Nacional como uma coisa importante, e da necessidade de o país dar um salto econômico, era predominante. Nesse momento, falávamos menos de democracia e mais de crescimento — a democracia ainda não era uma questão. Depois de 45, veio uma nova Constituição em 46, e depois a volta de Getúlio, etc., e até 1964 foi um período em que realmente a ideia de formação da nação era fundamental. No meu caso, por causa da influência familiar (não era só meu pai, havia muita gente — eu tinha uns 10 generais na minha família, ministros de Getúlio)... Lá em casa, as pessoas eram muito getulistas, meu pai também. A afirmação do Brasil dependia de nosso crescimento, e nosso crescimento era obstaculizado por forças externas. O externo era o inimigo. Naturalmente, no período anterior, na época de meu pai, o imperialismo era inglês. Ele tinha horror ao imperialismo inglês — então, muitos naquela época namoravam a Alemanha, inclusive o próprio Dutra, muito mais por uma afirmação de nação do que por uma adesão ao nazismo contra a Inglaterra. A ideia do imperialismo era muito forte — para se afirmar, a nação tinha que dar-se conta do inimigo externo. Isso era o “feijão com arroz” — e o Partido Comunista levou ao extremo, porque o comunismo soviético usava isso como mecanismo para seu fortalecimento. A visão, que se impôs mais tarde, era a de que deveria haver uma aliança progressiva dos trabalhadores e industriais contra o latifúndio e o imperialismo. Essa era a visão comum e corrente — e era a minha também. Talvez não tão radicalizada assim; naquele tempo eu havia lido muito mais Weber, Mannheim e Descartes do que Marx. Não era por marxismo que a gente pensava essas coisas, era por comunismo.

### **Pedro Luiz Lima**

Mas o PCB, ali em 1952-3, tinha uma relação tensa com Getúlio...

### **Fernando Henrique Cardoso**

O Partido Comunista era contra. Contra o Getúlio e, depois, contra o Juscelino. Aí a minha cabeça já era um pouco diferente, por causa das minhas múltiplas ligações e informações.

A universidade era contra, a esquerda comunista era contra — as esquerdas em geral. Agora, como eu disse, eu tinha muita influência familiar pró-Getúlio, e também pró-Juscelino. Meu pai era deputado, um tio meu era presidente do Banco do Brasil. Então, era difícil... Mas, de qualquer maneira, a gente via com muita suspeição o capital estrangeiro. O Caio Prado era, nessa época, um baluarte contra [o capital estrangeiro]. A visão era mercantilista. E como isso na minha cabeça foi mudando? À medida que fui fazendo pesquisa. No começo, meus trabalhos eram sobre os negros, e aí a questão era outra, como o Brasil se inseria no mundo, através da escravidão, do comércio internacional. Então eu estava preocupado com esse sistema. Quando começamos a olhar mais para o Brasil — eu, pelo menos — no final dos anos 1950 e início dos 60, havia essa visão ideológica. E quando comecei a fazer pesquisa — sobre os empresários, especialmente — vi que eles não atuavam conforme o modelo.

**Pedro Luiz Lima**

Eu li uma entrevista recente para a PUC (Desigualdade e Diversidade, Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, 2011, n.9) em que o senhor comenta que começou a pesquisa de “Empresário industrial e desenvolvimento econômico” com a hipótese do Partidão e termina...

**Fernando Henrique Cardoso**

Termino dizendo que está errado, que esse negócio não bate com a realidade. Porque na época dos estudos sobre a escravidão, o Partidão, a esquerda, não tinha nada a ver com aquilo — ali era teoria pura. Era a influência da leitura do Marx sobre nós.

**Pedro Luiz Lima**

E que peso tinha o trabalho do Caio Prado nessas pesquisas iniciais sobre a escravidão? Porque algumas das conclusões são parecidas...

**Fernando Henrique Cardoso**

Não tinha tanta importância, na verdade. Eu tinha lido o Caio, obviamente. O Caio era uma figura lumina pra nós. Era uma pessoa muito interessante, com seu livro *A Formação do Brasil Contemporâneo*, em que ele percebia o sentido da colonização, o enganche com o mundo... E o Caio tem outro livro que não foi suficientemente assimilado, que é *A Revolução Brasileira*, onde ele também muda de ponto de vista.

**Pedro Luiz Lima**

Ele “bate” na tese feudalista, não é?

**Fernando Henrique Cardoso**

Sim, “bate”. Ele muda de ponto de vista. O Caio tinha uma vantagem: quando ele entrava pra filosofia, dizia bobagem, e ninguém se lembra de um texto que ele escreveu sobre isso; mas quando ele analisava processos concretos, ele sabia. O Caio tinha formação de geógrafo, andou muito com Lévi-Strauss pelo Brasil, conhecia geologia e viajava muito. Não era só um teórico. Por causa da família dele também, conhecia bem a questão da terra no Brasil, dos meeiros, etc., e sua análise divergia do Partido Comunista. Então, ele me influenciou mais nesse ângulo... Caio era um dos pilares pra nós. E o curioso é que não foi o Florestan. Porque o Florestan, nessa época, era funcionalista; ele estava discutindo a questão dos tupinambás, função social da guerra, método funcionalista...

**Pedro Luiz Lima**

10

Muito se diz sobre a rivalidade entre USP e ISEB nesse momento. Há uma certa história das ciências sociais, talvez uspiamente enviesada, que coloca o rigor científico no lado da USP, e pensa o ISEB como o ponto de vista politizado, politicamente orientado, próximo ao Estado, com toda a impureza que isso pode denotar... O que o senhor acha desse tipo de distinção?

**Fernando Henrique Cardoso**

Acho um pouco sistemática. Nós aqui tínhamos uma visão, na USP, de que o ISEB, pela ligação com o Estado, estava contaminado... E eles eram muito nacionalistas, enquanto a USP nessa altura já tinha uma visão de classes, lia Marx. Então, a crítica que se fazia era que o Estado mascara os interesses de classes. Mas, a bem da verdade, o ISEB tinha muito mais contato com o processo social real do Brasil do que a USP. A USP estava numa torre de marfim, e o ISEB estava discutindo temas do processo político brasileiro. Mas o ISEB não era algo unitário. Jaguaribe tinha análises muito boas, o Celso também — se bem que ele não era propriamente do ISEB, estava próximo, mas não fazia parte. O ISEB é o Cândido, o Corbisier, o Vieira Pinto. E aí é ideológico. Nos dois [USP e ISEB] há ideologia. Mas acho que o ISEB percebeu processos reais mais de perto. Deixe-me contar um pequeno caso: o Alain Touraine andou por aqui, e foi ele quem me ajudou muito a entender isso. Ele tinha vindo do Chile, trabalhou por lá com o [Enzo] Faletto, e fazia análise de processos sociais. E ele dizia pra nós: “Cuidado, vocês têm que atentar para o Estado, porque a questão da nação é muito importante nesse país”. E depois fizemos vários artigos que foram publicados no *Les Temps Modernes*, do Sartre, e o Touraine fez a crítica disso. Ele disse “Vocês estão reproduzindo um pouco a Europa aqui, empresariado, etc. E a coisa aqui é um tanto diferente”... Talvez eu fosse menos exagerado do que meus colegas, no plano ideológico, porque como eu sempre tive muito contato com muita gente, não dava pra ficar tão aferrado a uma só visão. E o Touraine teve uma importância grande para chamar nossa atenção para esses processos. O Florestan só veio a discutir esses assuntos depois que saiu do Brasil, depois de 1964, quando descobriu a dependência... Isso foi muito mais tarde, ele já estava no Canadá. Nesta altura, a visão do Florestan era muito mais acadêmica; era, digamos, positivista. E nós estávamos perdidos aqui... E quem inventou na USP o marxismo foi a minha geração: Giannotti, Fernando Novais, eu, Octávio Ianni, Paul Singer... Foi um invento que depois, quando mais tarde se casou com a teologia da libertação, virou ideologia total e tomou conta. Nós, de qualquer maneira, éramos mais rigorosos, nossa leitura do Marx era de marxólogos, na verdade. Giannotti buscava ler o Marx heurísticamente, com as influências que ele tinha da sua passagem pela França... Nessa altura, o pessoal do Seminário não tinha militância real. O Paul [Singer] tinha tido militância, creio eu, judaica-sionista, e era socialista. Dos outros, apenas eu tinha tido militância política de esquerda e ademais, por causa da minha família, tinha uma proximidade maior com o contexto. Os outros não tinham militância; a militância deles veio depois do golpe. Mas o fato de não ter militância não quer dizer que eles não tinham influência ideológica.

**Pedro Luiz Lima**

Voltando um pouco a essa questão de que o senhor tratou, da advertência do Touraine contra essa “idealização” que vocês estariam fazendo: será que isso tem a ver com a grande influência do funcionalismo do Florestan nesse período “pré-marxista” e, por conseguinte, com o peso grande de uma leitura da história do Brasil na chave dos “obstáculos à mudança”?

**Fernando Henrique Cardoso**

11

Isso era muito difundido. Quem fez a crítica disso foi o Albert Hirschman, em um artigo sobre “Os obstáculos para enxergar o desenvolvimento”. Aqui, nessa época, em fins dos 50, quase todos os seminários no Brasil falavam disso, dos obstáculos à mudança. Parecia que havia obstáculos intransponíveis; o eixo central era o imperialismo, mas não só. Era o atraso, os dois Brasis, o arcaísmo, a dualidade...

**Pedro Luiz Lima**

Mas o senhor acha, retomando um pouco o tema do nacionalismo, que Marx e essa leitura rigorosa feita d’O *Capital* fundamentaram também uma perspectiva anti-nacionalista?

**Fernando Henrique Cardoso**

Sim, exatamente. Você não podia compatibilizar, e por isso era frágil a ideologia. Marx é classe, não é nacionalismo, não é Estado. E isso nos influenciou também. E o distanciamento do ISEB vem daí, com uma desconfiança de que esse pessoal que estava falando do Estado tratava de uma mistificação. “O que está por trás do Estado? Era a burguesia. Aliada com quem?”. Essa diferença existia. Nossa análise sempre foi mais rente a processos sociais e à luta de classes, à ideia de que existe antagonismo de classes; o nacionalismo põe entre parênteses a luta de classes para reunir todo o povo contra o exterior.

**Pedro Luiz Lima**

É curioso, então, porque em certo sentido, como o senhor falou, o ISEB estaria mais próximo da vida política nacional do que vocês, que estariam encastelados, lendo Marx com a lupa, e tudo o mais, mas a leitura de vocês rebate também, num momento posterior, numa interpretação do Brasil vigorosa. A própria teoria do populismo, que está em germe no seu trabalho sobre o empresário industrial, seria um ponto de chegada daquele marxismo, com uma interpretação do Brasil...

**Fernando Henrique Cardoso**

Contrária ao populismo. Weffort foi quem cristalizou, digamos assim, esse ponto de vista. E aí está outra diferença nossa, política também. Porque o comum no Brasil, o bom no Brasil, era o populismo. A esquerda brasileira aceitava, como aceita hoje, de novo, Chávez, etc. A esquerda perdeu a noção dos processos de classes marxista, recaiu no populismo e no nacionalismo.

**Pedro Luiz Lima**

No momento da crítica interna à CEPAL, que seu livro com Faletto estabelece, havia ainda a nação como unidade forte da análise. Em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* vocês desnacionalizam os fundamentos do desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que singularizam os contextos políticos...

**Fernando Henrique Cardoso**

Eu estava me opondo ao economicismo da CEPAL...

**Pedro Luiz Lima**

E acho que a pergunta clássica sobre esse livro seria essa: uma vez estabelecida a dependência como motor e como base real das relações econômicas e políticas, como pensar a política nesse emaranhado, nessa camisa de força da dependência? Que lugar existiria aí para a política?

**Fernando Henrique Cardoso**

12

Se você for olhar bem a teoria da dependência, no fundo não é muito diferente do que eu estava pensando quando tratei do capitalismo e escravidão. Há a relação externa, mas não se explica tudo pela relação externa. É preciso ver qual é a dinâmica interna. Uma coisa é o escravo da lavoura, outra coisa é o escravo do charque. Uma coisa é a grande produção para exportação, outra coisa é a produção para o mercado interno. Então, é preciso diferenciar. E o que nós fizemos em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*? O importante ali não era a dependência, era o desenvolvimento. E na dependência, nós dizíamos, há tipos diferentes e graus diferentes. E aí montamos três tipos básicos: tem formação de capital local ou não tem; tem o enclave; ou já está ligada ao sistema da globalização (que nós não sabíamos ainda o que era, mas era isso). E nós então dissemos: não é a mesma coisa — embora haja o fator preponderante do externo, que condiciona, ele não condiciona do mesmo modo. E há movimentos que são internos e levam a graus diferentes de liberdade. De alguma maneira, se você cotejar aquele livro com os livros do Guevara e do Débray, verá que é o oposto. E nosso livro foi lido sob a ótica do livro do Guevara... Mas eles diziam outra coisa. Inclusive, é muito curioso como o Guevara errou totalmente em suas análises. Ele defendia uma teoria do foco e a situação nada a tinha a ver com a situação de foco. Então, a política pra nós nasce nisso: “cuidado, não se pode imaginar que a sobredeterminação econômica impeça que existam variedades, variantes”. Isso se constrói. Mas aquilo é muito esquemático ainda. Aliás, é surpreendente, porque ele continua sendo vendido. Em espanhol há mais de 30 edições, aqui há 10, nos EUA há não sei quantas... Porque ele na verdade era um pouco diferente. Aquilo nasceu de um seminário que fizemos na CEPAL. E era uma briga dos cientistas sociais com os economistas. E eu já tinha escrito o *Empresário Industrial e o desenvolvimento econômico* e já tinha uma visão mais rica desse processo, de como se davam as ligações... Quando eu vi que os empresários todos daqui de SP não queriam outra coisa senão se aliar ao capitalismo, ao imperialismo, vi que o negócio era outro. Ali começou uma linha de análise que foi dar, depois, na forma de desenvolvimento dependente-associado. Mas *desenvolvimento*. O livro foi lido de outra maneira, foi lido à maneira de Gunder Frank e de outros mais, de que aquilo seria uma camisa de força, “é assim, só tem um jeito, só há uma política possível: ruptura geral, socialismo”. E nessa época, nos anos 60, quase todos aqui no Brasil, inclusive o Celso Furtado, a Maria da Conceição Tavares, o Jaguaribe, todos achavam que, como O'Donnell teorizava, o capital impunha um regime autoritário, não podia se expandir sem o regime autoritário. Noutros casos diziam que não ia se expandir coisa alguma, que ia voltar para trás. Eles erraram completamente a leitura do que estava acontecendo. Acho que nós não erramos, quando dizíamos “vai haver transformação, e já está havendo transformação; as formas de desenvolvimento são dependentes, mas não deixam de ser *desenvolvimento* também — não vamos para uma estagnação”. Na época, falava-se de estagnação e revolução.

**Pedro Luiz Lima**

Pois é, uma das grandes linhas do livro é essa, buscar fazer uma teoria anti-estagnacionista do desenvolvimento dependente, mesmo sob condições autoritárias...

**Fernando Henrique Cardoso**

Isso é Marx por trás...

**Pedro Luiz Lima**

Exatamente, e é aí que eu ia chegar. Esta parece ser uma leitura até mais próxima d'O *Capital* do que a leitura feita pelos revolucionários da época...

**Fernando Henrique Cardoso**

13

Exatamente. É Marx por trás. Até hoje, acho que quem não entendeu... Bem, o Marx entendeu o capitalismo. Se a Dilma tivesse lido bem o Marx, ela não ia propor uma taxa de retorno de 6%. Porque isso é o “justo lucro”, voltamos para a Idade Média. Não pode, o capitalismo é acumulador. Ele é horrível — e como ele é horrível e ninguém gosta dele, e como tampouco se vê alternativa, então se quer diminuir um pouco seu ímpeto, mas não se consegue. Nem todos que leram *O Capital* entenderam, naquele grupo do Seminário d’*O Capital*. Muitos ficaram muito dogmáticos também... Mas quem entendeu o processo sabe que a força dinâmica do capital é explosiva, não é algo que se pare assim facilmente.

**Pedro Luiz Lima**

Queria voltar um pouco para a passagem entre o *Empresário Industrial* e o *Dependência e Desenvolvimento*, porque o final do *Empresário Industrial* é bem enigmático...

**Fernando Henrique Cardoso**

É, ali eu faço uma concessão: “Subcapitalismo ou socialismo”...

**Pedro Luiz Lima**

Sim, e é aí que eu queria chegar. Lendo esse trecho, quase 50 anos depois, eu penso “bem, aqui Fernando Henrique está fazendo uma concessão ao estagnacionismo”...

**Fernando Henrique Cardoso**

Sim, no fundo ali havia uma concessão à ideologia.

**Pedro Luiz Lima**

É “precisamos da revolução, senão não vai dar jeito”. O senhor está apontando para esse lado...

**Fernando Henrique Cardoso**

Sim, é isso. O livro foi publicado em 64, em meio à crise do Jango, então era muito difícil ser consequente com o que eu tinha visto.

**Pedro Luiz Lima**

Sobre esse contexto, que me interessa muito, do imediato pré-golpe, contexto bastante confuso... No livro da Brigitte Leoni (*Fernando Henrique Cardoso: O Brasil do possível*), há um relato sobre o dia 13 de março [de 1964], dia do Comício da Central, em que o senhor menciona que voltava do Rio de Janeiro para São Paulo e conversava com amigos sobre a possibilidade de o Jango dar o golpe... Enfim, havia uma grande parte da esquerda que pensava que o golpe viria mesmo do Jango.

**Fernando Henrique Cardoso**

É, mas eu não compartilhava essa ideia, de que o Jango ia dar o golpe. Eu era bem crítico ao Jango na época, porque o Jango era populista, era frágil... Mas a minha família estava do lado do Jango. Quando eu cheguei a São Paulo, quem achava que o golpe viria desse lado era o José Gregori e o Plínio [de Arruda Sampaio]. Vou te contar uma outra coisa: após chegar a São Paulo, houve uma reunião na faculdade, à noite, em que estavam o Weffort, a Lourdes Sola, todo mundo — e queriam fazer um manifesto contra o Jango. Aí eu e o Luiz Hildebrando, comunista, companheiro meu de muitos anos, fomos para lá, porque queriam fazer um manifesto contra o Jango na noite do golpe! E o Weffort era um dos mais exaltados.

Era difícil; e o pessoal na USP era tão antipopulista que achava que podia vir golpe dos dois lados. Isso me lembra, saltando um pouco no tempo, que na época do contragolpe do Lott, o Florestan, na época em que morávamos na mesma rua, ficava furioso porque meu pai, em quem ele havia votado, estava do lado do Lott. A dificuldade de entender o jogo real da política era muito grande para os universitários que moravam em São Paulo. Havia muita confusão sobre o que iria acontecer: “o golpe vem de cá ou vem de lá?”

14

**Pedro Luiz Lima**

Fazendo uma ligação entres estes momentos, da década de 50 e 60: o senhor comentou *en passant* que, em meados de 50, o senhor tinha lido muito mais Weber, Mannheim e Descartes do que Marx, que passa a ser lido só a partir de 58, com o grupo d'O *Capital*, e o senhor falou que então o nacionalismo vinha mais do comunismo do que de qualquer tipo de marxismo. É como se o marxismo posterior desalojasse o comunismo: antes é comunismo sem marxismo, depois a análise marxista da realidade substitui a visão do PCB...

**Fernando Henrique Cardoso**

Sim, ela se torna ideológica...

**Pedro Luiz Lima**

Pensando nessa entrada forte que o Marx tem, pela primeira vez no Brasil e em muitos lugares, porque mesmo na França isso vira moda imediatamente depois...

**Fernando Henrique Cardoso**

Sim, foi depois. Na Argentina foi simultâneo, e nós tínhamos contato com um grupo de intelectuais argentinos em Córdoba que liam também Marx.

**Pedro Luiz Lima**

...o senhor mesmo diz que a leitura do “Seminário” era uma leitura menos engajada, e mais acadêmica. Há quem fale de “marxismo de cátedra”, de maneira irônica. Queria então que o senhor avaliasse o quadro geral dessa entrada do Marx na academia brasileira e nas ciências sociais, e que tipo de revolução teórica isso representou – até porque a introdução de *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* é bem sintomática disso, em que você passa boas páginas tratando da dialética, e defendendo a dialética como melhor forma de apreensão da realidade.

**Fernando Henrique Cardoso**

Naquele momento, era o seguinte: nós tínhamos formação em pesquisa empírica, survey e etc., aí, sim, através do Florestan; e tínhamos uma espécie de frustração, porque éramos socialistas. E quando lemos o Marx começamos a ver, ‘olha, tem movimento’... Mannheim foi a primeira tentativa de, quem sabe, por aí entender, com os temas do planejamento e da democracia... E tinha a guerra fria no meio de tudo isso. As coisas aqui eram divididas: nosso coração estava do lado contrário ao imperialismo. A dificuldade com nosso marxismo era: como se faz dele algo que permita analisar processos concretos? O Sartre ajudou, com seu *Questions de méthode*. Porque o Sartre dava lá umas pistas; ele fazia uma ginástica para aproximar o existencialismo do marxismo, foi a Cuba, e era uma espécie de ícone para nós. Mas o Sartre não tinha nada a ver com análises de processos sociais concretos. Então, nós nos agarrávamos nesses instrumentos teóricos, quase como uma inspiração teórica. Isso resultou, ao menos numa primeira fase, em um marxismo não estiolado: não era nem ideologia comunista, nem era talmúdico. Mesmo no livro sobre capitalismo e escravidão,



**Pedro Luiz Lima**

16

Bem, uma questão que sempre me intrigou muito é a seguinte: no momento posterior da sua obra, na passagem dos anos 70 para os 80, o senhor faz, em alguns textos, uma crítica a certo espírito de época que acabava por fetichizar o conceito de sociedade civil. O senhor falava algo como: “não fetichizemos esse conceito, a sociedade civil não é a panaceia, não vai resolver todas as nossas questões, porque nela está o conflito”. Mas por vezes, também no contexto da ditadura, existe em sua própria obra um elogio da autonomização da sociedade civil. Como pensar, então, um bom termo entre Estado e sociedade civil? Como o senhor pensa essa questão?

**Fernando Henrique Cardoso**

Na verdade, na sociedade civil está o conflito, são as classes. Aqui no Brasil, quando a ideia de sociedade civil renasceu, na época do autoritarismo, parecia que ela era boa, e o Estado era o negativo. Mas vamos voltar um pouco, sobretudo, a Gramsci: vamos ver que a hegemonia se forma na sociedade civil e desemboca no Estado. E o Estado tem que ser poroso para absorver o que está em ebulição na sociedade civil. Então, o que eu estava pensando nessa época era: “você estão fetichizando, cuidado”... E o que os movimentos sociais faziam aqui? Acabavam reivindicando o que eles desejavam a um burocrata do Estado. E eu achava: “você não estão fazendo política. A política implica você entender o Estado também”. Se a sociedade civil não se engancha na política, e você não vai ao Estado, ela fica uma instância menor; era essa a minha ideia.

**Pedro Luiz Lima**

Há um livro chamado *A Utopia Viável*, já da época da Presidência, com uma coletânea de palestras em que a utopia aparece como momento importante da política. E, nesse sentido, em texto de 1991, numa revista chamada *O Socialismo do Futuro*, o senhor faz uma crítica veemente a quem enxerga no liberalismo, naquele momento da *débâcle* do socialismo real, a salvação de todos os conflitos. Por outro lado, em texto bem mais recente (*The Accidental President of Brazil*, de 2006), o senhor, em diversas passagens do texto, é efusivo ao conferir ao capitalismo certa supremacia no que tange à alocação de recursos e aos problemas de distribuição e resolução dos conflitos de interesse. Então, queria te perguntar, e essa é uma grande pergunta: como o senhor lida, hoje, com essa questão, dos limites do capitalismo e dos limites do liberalismo? Como apontar para além, e onde a utopia entra na sua concepção de política?

**Fernando Henrique Cardoso**

É o seguinte: o limite do capitalismo é difícil de você antecipar, porque o socialismo não vingou. Não se tem no horizonte histórico o fim do capitalismo, o que há são as transformações do capitalismo. E a principal foi a sua integração global. E o que eu tenho procurado mostrar é o seguinte: é que aí se forma uma unidade como sujeito, mas que não é classe; temos que começar a pensar certos atributos e utopias que levem em consideração o interesse da humanidade. Meio ambiente, violação aos direitos humanos, esse tipo de coisa. E você, para poder dar legitimidade a isso, você precisa ter um sistema jurídico. É Kant. Então, temos que pensar em formas de governança global. Essas formas de governança global são necessárias para se contrapor à irracionalidade intrínseca do capitalismo. Eu não estou propondo o fim do capitalismo, porque eu não estou vendo seu fim. Mas o que eu estou vendo é que dá, entretanto, para limitar sua irracionalidade. Ela é intrínseca, porque a especulação faz parte do capitalismo. As pessoas querem um

capitalismo racional; não tem. Ele é irracional. Ele cresce, cresce sempre, mas vai fazendo desastres também. É Schumpeter. E como é que se contrapõe a isso? É a política, e a política vai requerer uma certa utopia, um certo objetivo, um certo ideal. Então acho que, no limite, se pode pensar em criar formas de regulação dessa irracionalidade, de moderação. Por isso, eu não sou liberal. Porque eu não acredito que se autorregule. Eu sou politicamente liberal, mas eu não sou filosoficamente liberal, e nem economicamente um neoliberal, porque é preciso haver a regulação. Agora, o que vai sustentar essa regulação? A classe? Não pode mais; não é mais a classe. Eu repito sempre: o Gorbachev viu isso. Não é a classe, nem é o Estado, porque o meio ambiente não depende da classe nem do Estado. Por exemplo, o terror atômico; a Coréia do Norte pode criar uma catástrofe mundial... E o que está em jogo economicamente aí? Nada. Então, todos têm que, de alguma maneira, buscar formas de regulação. É assim que eu vejo.

17

**Pedro Luiz Lima**

A questão política aí é tensa... Ela abrange uma série de alternativas possíveis. A partir do momento em que se reconhece a irracionalidade do sistema capitalista, pode-se trabalhar politicamente para derrubá-lo, ou trabalhar dentro dele para regulá-lo. Essa segunda é claramente a sua alternativa...

**Fernando Henrique Cardoso**

Sim, é a opção democrática, digamos...

**Pedro Luiz Lima**

Numa palestra publicada no início dos anos 80, em *A democracia para mudar*, o senhor coloca de maneira direta que, em fins da ditadura, pensava-se muito na questão da distribuição e o senhor mais uma vez falava, como um marxista, que a contradição se localizava na produção. O senhor falava de um outro tipo de desenvolvimento à época, e defendia que a distribuição não iria, por si só, resolver os problemas. Parece que, nesse momento, a sua visão de mundo era bastante informada pela noção de contradição *à la Marx*...

**Fernando Henrique Cardoso**

É provável que sim.

**Pedro Luiz Lima**

Gostaria, então, de saber se há algum momento em que o senhor identifica um passo atrás, e passa a falar "olha, talvez não seja bem assim, há aqui um caminho intermediário que talvez seja melhor do que pensar numa mudança no regime de produção que parece intangível historicamente"...

**Fernando Henrique Cardoso**

O que eu acho, dizendo em palavras simples: onde se teve um equilíbrio maior entre produção e consumo (distribuição)? Nos países nórdicos, que são social-democratas. É tão banal quanto isso, mas é isso. No fundo, por isso eu sou um social-democrata, e por isso apoiei a terceira via. Não é por adesão a não-sei-o-quê... É porque senão você tem o capitalismo selvagem, até porque na sua essência ele é assim. Então, você tem que ter forças políticas que segurem. A democracia entra nisso. É algo que só vem, como uma preocupação minha, nos anos 1970. Nós não pensávamos em democracia antes.

Pensamos em democracia por causa do autoritarismo. Mas agora não é só por causa do autoritarismo; é um valor maior do que a simples contingência da existência de um Estado autoritário. É uma condição necessária para a sociedade civil existir, poder pressionar, e para que se tenha, portanto, a capacidade de regular o sistema. Só que isso vai ocorrer sempre em desequilíbrio no meu modelo, que é marxista — eu não estou pensando em modelo de equilíbrio. Os liberais pensam e a economia política neoliberal pensa em modelos de equilíbrio. Mas não vai ter equilíbrio; o processo histórico é desequilibrado. Vai ser sempre assim. E isso a mim não me aflige. É normal que seja assim; o que não significa que vamos cruzar os braços e deixar que os desequilíbrios atuem e estraçalhem tudo. Não, você manobra um pouco; no fundo, política pra mim é navegação. Tem que ver pra onde vai; “eu vou sair daqui e chegar ali, sim. Mas tem ilha no meio, tem temporal, tem bonança...”. Então, não tenho uma noção determinista das coisas. Por isso eu falei da física: sai o determinismo, entram os feixes de possibilidades.

### **Pedro Luiz Lima**

Existe um componente weberianamente trágico na sua concepção de política. E é curioso, porque o Roberto Schwarz, em seu texto clássico sobre o Seminário de Marx, faz ao final uma ressalva, afirmando que teria faltado ao pessoal do seminário uma leitura da Escola de Frankfurt, um “marxismo mais sombrio”, digamos assim. Mas quando entra o Weber nessa concepção de política trágica, entra o “sombrio” também...

### **Fernando Henrique Cardoso**

Entra. Mas não é o “sombrio” da Escola de Frankfurt, é um “sombrio” mais profundo. Pode não dar certo; não está garantido que vai dar certo. O futuro não é necessariamente promissor. No marxismo, era; você focava na superação. Mas há aqui uma dialética sem superação; você não chega ao paraíso, não necessariamente. Então há uma coisa realmente trágica, agônica. Você se lembra do Isaiah Berlin, da valorização do juízo. Porque há situações que são agônicas, em que há dois valores que são contraditórios e são valores pra você. “Não matarás” e “Vá à guerra”... Noutro plano, há um elemento realmente trágico. Não há um otimismo ingênuo. Para mim, esse elemento trágico não deve levar à inação. No fundo, é uma luta pra evitar a tragédia. A tragédia do capitalismo, nesse contexto nosso aqui; a sua irracionalidade. É uma luta pra evitar essa irracionalidade. Portanto, não pode ser apologética do capitalismo.

### **Pedro Luiz Lima**

Muita gente lê sua obra e estabelece uma distinção, talvez também por questões de preconceito político, entre um momento marxiano e um momento weberiano que, a partir da década de 1970, suplantaria aquele momento anterior. Como o senhor avalia essa distinção?

### **Fernando Henrique Cardoso**

Ela é totalmente equivocada.

### **Pedro Luiz Lima**

Sim, porque parece-me que o senhor sempre esteve produzindo textos com uma referência muito forte no Marx, mesmo nos anos 70, seja nas polêmicas com Poulantzas e Althusser, seja no texto sobre o Marini. Até mesmo em “A Soma e o Resto”, de 2012, o Marx é o autor mais citado do livro, o que eu achei curioso...

**Fernando Henrique Cardoso**

19

Sim, porque minha formação foi muito fortemente influenciada por Marx. Nesse sentido, de vez em quando converso com o Roberto [Schwarz]... Ele é totalmente marxista, ou quer ser; eu não quero ser marxista tanto assim, mas sou. O fundamento da minha visão do mundo, minha visão do capitalismo, é aquele... Agora, eu não sou politicamente marxista.

**Pedro Luiz Lima**

Pois é, aí eu queria chegar. Como se relaciona então essa concepção intelectual, sociológica, de mundo, com a sua atuação política, sua intervenção política?

**Fernando Henrique Cardoso**

Justamente, como eu não creio na inevitabilidade do progresso, nem que a luta de classes vá resolver tal e tal coisa, então minha política é outra. Acho que há um certo mecanicismo no marxismo, um otimismo, um idealismo otimista o qual eu não compartilho. O que eu faço na política? Eu tento alargar sempre as margens do possível, o tempo todo, não me conformar com o possível; mas é preciso também não escapar muito dele. Há um certo realismo, que não é um realismo mecânico, porque eu tenho utopia — há uma contradição entre essas duas coisas. O tempo todo assim, e política é sempre isso. É você cuidar bem, porque você está fazendo um pacto com o demônio. Cuidado: “você está vendendo sua alma, ou não? Ou está alugando? É à prestação, é à vista?”.

**Pedro Luiz Lima**

Mantendo-nos na política recente: no início da década de 1990, em alguns momentos o senhor falava da globalização como um novo renascimento. Ao mesmo tempo, nos livros com Mário Soares (*O mundo em português*) e com Roberto Pompeu de Toledo (*O presidente segundo o sociólogo*), o senhor aparece como um crítico da globalização...

**Fernando Henrique Cardoso**

Sim, o que eu critico da globalização? O que eu acho que é positivo da globalização? Eu critico porque ela é assimétrica, etc., etc. Mas, de qualquer maneira, ela libera também; ela permite a integração no capitalismo, na modernidade — mais do que isso, na contemporaneidade — de setores que antes não tinham essa possibilidade. E quando eu comparava com o Renascimento, era no sentido do humanismo, e não no sentido de que vai acabar com a pobreza (está diminuindo a pobreza com a globalização, está diminuindo; talvez a desigualdade não, mas a pobreza sim). Mas não estou pensando no renascimento em termos de que passará a ser tudo bom. Não, não. O Renascimento também era horrível, ele se dá com os Médici, com Papa Bórgia... Aqui é a mesma coisa. Mas deu uma certa possibilidade de o homem pensar-se como o centro da história. Agora eu digo: “Nós podemos pensar a humanidade como o centro da história, com um tipo de solidariedade mais amplo”. Porque, bem ou mal, a globalização é o fim do imperialismo. As pessoas nunca veem isso. Porque a globalização é o predomínio da empresa sobre o Estado, e quem faz a guerra não é a empresa, é o Estado. Volta-se ao Montesquieu, *le doux commerce*. Quem faz a guerra é a Coréia, não é a General Motors. Não está na lógica da globalização a guerra, isso está na lógica do Estado. No imperialismo, sim, que é acumulação primitiva, dominação de matérias-primas. Hoje, não, não se precisa mais disso. A integração foi muito grande. Então, nesse sentido é que eu acho melhor isso, porque produz menos fatos irracionais do que a situação anterior. Agora, isso para as pessoas imaginarem que você está louvando a globalização acriticamente é um

passo, e quando querem criticar, leem de um modo vulgar, e aí fica assim, não há o que fazer — mas não é o que eu estou pensando. Eu nunca vi ninguém ressaltar isso, que a globalização é o fim do imperialismo...

20

**Pedro Luiz Lima**

Voltando para a interpretação do Brasil: em uma aula inaugural dada no Itamaraty e posteriormente publicada (*Livros que inventaram o Brasil*), o senhor fala dos três, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Caio Prado Jr., e menciona o Sérgio Buarque como aquele de quem o senhor se sente mais próximo, com quem o senhor tem mais afinidade. E isso me soa curioso, até pelo caminho da nossa conversa, porque a sua referência é o capitalismo, e é Marx — e nenhuma dessas referências é central para o Sérgio Buarque...

**Fernando Henrique Cardoso**

Sim, mas é que o Sérgio Buarque aposta na democracia. Os outros todos apostavam na manutenção do paternalismo, ou então no Estado. É por esse lado que eu falo do Sérgio Buarque. Ele era o único que, na década de trinta — que era a década fascista ou comunista —, apostava na democracia, acreditava na possibilidade... E dizia: “Cuidado, tem que ter regra, tem que ter lei, a lei é universal, e o homem cordial é arbitrário, ele é a antilei. Eu não estou endeusando o homem cordial, estou endeusando o respeito à lei”. Foi por esse lado, das instituições.

**Pedro Luiz Lima**

Num certo sentido, ele é um liberal...

**Fernando Henrique Cardoso**

Ele é liberal.

**Pedro Luiz Lima**

Enquanto o Caio Prado seria o marxista deste tripé, que teria um conservador, um liberal, e um marxista...

**Fernando Henrique Cardoso**

É verdade. Mas eu confesso que esse lado do Sérgio Buarque é que eu acho importante; ele foi o único, numa época de obscurantismo autoritário-totalitário, a não apostar nisso. E era difícil, nos anos trinta, no Brasil com Getúlio, e com Mussolini, Hitler, Stálin... Você vê que a leitura dele da história era outra.

**Pedro Luiz Lima**

*Capitalismo e Escravidão*... reverbera, em grande medida, certo espírito uspiano de antagonismo com relação a Gilberto Freyre e a Oliveira Viana. E esses são dois autores muito resgatados recentemente; o senhor mesmo faz uma certa autocrítica com relação a Gilberto Freyre, afirma que ali tem muita coisa interessante...

**Fernando Henrique Cardoso**

Vou publicar, em um próximo livro sobre pensadores do Brasil, um longo ensaio que escrevi sobre Gilberto Freyre, a partir de uma conferência que dei na FLIP sobre ele, em que eu, de alguma maneira, resgato isso, mas mantenho a crítica. Oliveira Viana nunca foi

dos meus amores, exatamente porque ele é antidemocrático. Oliveira Viana é o Estado... Com relação à minha obra, tem uma outra coisa também: aqui a gente está recuperando a trajetória, mas isso é complicado, porque não se está, a cada momento, pensando no que se escreveu antes. Então, há contradições, certamente. Você vai mais pra cá, mais pra lá, vai tateando. E uma boa parte do que eu escrevi foi no calor da briga. Alguma coisa eu escrevi mais assim, como um pensador; mas em geral não é isso, é como brigador mesmo...

21

**Cite esta entrevista**

CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista conduzida por Pedro Luiz Lima. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, nº 6, pp. 07-21, Julho 2013. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.